



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

PALÁCIO DO PLANALTO, BRASÍLIA, DF, 11 DE JANEIRO DE 2001

*Meus caros Ministros aqui presentes; Parlamentares; Empresários; Líderes sindicais,*

O Ministro Ronaldo Sardenberg já explicou o sentido geral da lei. Eu quero acrescentar algumas dimensões apenas.

Primeiro, nós estamos diante de uma decisão, que foi do Congresso Nacional, naturalmente com a iniciativa do Governo Federal, que é fundamental para marcar como o Governo encara a questão do desenvolvimento científico, tecnológico e industrial no Brasil.

Nós vivemos num mundo no qual o futuro está sendo jogado pela capacidade que, hoje, tivermos de definir condições para a criação e desenvolvimento de tecnologias novas no Brasil, sobretudo na área de telecomunicações, de informática em geral. Isso é um truísmo, mas é preciso transformar esse truísmo em prática. Como é que se faz, num país como o nosso, que chegou a um grau de desenvolvimento já razoável e que, agora, ou reafirma sua vocação, está na vanguarda dos setores que são aqueles que, efetivamente, estão criando um novo mundo, ou, apesar de todos os nossos esforços, vamos ficar marcando passo.

Nós estamos jogando é o futuro do Brasil. O futuro se joga com a capacidade de ver o que é necessário ser feito, com o equilíbrio necessário para fazê-lo de forma apropriada. Se me permitem, aquilo que alguns podem até considerar uma heresia, como é que se define uma política industrial nos tempos novos. Nós estamos redefinindo a política industrial do Brasil. Precisamos de uma política industrial. Uma política industrial que não seja, pura e simplesmente, a que fizemos no passado, que foi útil para as condições do passado. Agora, as condições são outras. Nós temos que defini-la de uma maneira mais adequada aos tempos de hoje.

Com os investimentos havidos já em telecomunicações, no Brasil, só para dar um exemplo, se nós não formos capazes de criar condições de produção dos componentes, vamos criar um problema sério para o nosso futuro. E não criaremos esse problema sério para o nosso futuro. Vamos criar as condições para que, dentro de um ambiente que é extremamente competitivo, cuja competição não se define nos macronacionais, mas que é uma competição global, que nesse ambiente nós tenhamos condições de produzir componentes, de inovar e avançar mais.

Um país como a Índia exporta, hoje, cerca de 6 bilhões de dólares em *software* – 6 bilhões de dólares em *software*. A Índia tem a pobreza, enfim, em termos de população imensa, maior que a nossa, tem dificuldades iguais às nossas, mas está exportando *software*. Por que nós não vamos fazer a mesma coisa? Por que não vamos nos lançar, com as condições que temos hoje, já de desenvolvimento universitário, desenvolvimento industrial, um programa ambicioso para, realmente, termos condições de avançar nessas áreas mais modernizadoras do país? Nós vamos fazer isso.

Agora, vamos fazer isso acreditando que o incentivo dado, quando for dado, vai ser avaliado, vai ser cobrado. Porque um incentivo significa sempre uma renúncia de um recurso que é da população para que ele seja concentrado num setor. Esse setor tem que corresponder a esse incentivo. Nós não temos horror ao incentivo, temos horror ao mau uso do incentivo. Temos horror a que, em vez de o incentivo permitir a propagação do desenvolvimento tecnológico e permitir a criação de mais postos de trabalho, ele seja mal usado. Nós vamos avaliar mais.

O Ministro Sardenberg mostrou aqui que houve um certo progresso. Acho pouco, para ser sincero. Acho que o que foi feito foi pouco com o que foi dado. Foi pouco. Nós vamos precisar fazer mais. Temos que trazer mais bases tecnológicas para as empresas nossas. As nossas, isto é, as nacionais de proprietários nacionais e aquelas que, não sendo de proprietário nacional, produzam no Brasil têm que produzir também o desenvolvimento científico e tecnológico delas aqui no Brasil. Nós queremos isso.

E tendo a noção de que nós estamos no Mercosul, que isso não é uma economia fechada, que nós vamos ter que tomar em consideração os nossos parceiros, que existe o mundo, que o mundo é muito exigente também numa porção de matérias, etc. Mas vamos ter que fazer isso com muito empenho e com muita convicção de que seremos capazes de realizar.

Foi mencionado pelo Ministro Sardenberg, também, que essa lei vai permitir que haja – espera-se – um espraiamento, no território nacional, de atividades que têm importância na área de informática. É verdade. Mas não pode ser com discriminação, nem com discriminação dos setores que já são mais avançados no país. Não se avança discriminando, nem os que não têm, nem os que têm. Avança-se criando riqueza em comum. É o que vamos fazer.

Então, vetei o que era inconveniente na lei. Está longe de mim, como Presidente da República, o pensamento de poder excluir um pedaço do Brasil, do sul ou do norte e, muito menos, o Amazonas. Todos sabem que tenho ligações até afetivas com o Amazonas. É uma lei que não discrimina e permite que continue havendo um desenvolvimento importante. Sou dos que são favoráveis à Zona Franca de Manaus. Que não me venham dizer o contrário, porque não é verdade. Conheço, sei do desenvolvimento que se produz lá, mas isso tem que ser, também, feito dentro do contexto nacional. E nós estamos fazendo, exatamente, dentro de um contexto nacional, com uma visão de país que precisa ser, crescentemente, integrado.

Quero dizer que estou muito feliz com a presença dos líderes sindicais aqui, hoje. Isso é uma demonstração, realmente, da compreensão do movimento sindical brasileiro, de que o futuro dos trabalhadores, o

futuro do país está sendo jogado é nesse tipo de decisão. Que tem que ser uma decisão com forte caráter, um forte conteúdo nacional, que transcende a divisão entre empresários e trabalhadores, como também transcende a divisão entre partidos. Aqui, o que está em jogo é a política de desenvolvimento do nosso país.

Finalmente, porque não quero cansá-los com muita falação, quero dizer o seguinte: confio muito em que, com todos os percalços, nós vamos ter a capacidade de avançar muito nessa matéria. Haverá um investimento forte. E podem ter os senhores certeza – e aí me refiro aos empresários e aos líderes empresariais –, de que vão contar com o apoio decidido do Governo Federal e meu, pessoal, para trazer investimento. Vamos discutir o que for necessário para que esse investimento venha de forma produtiva. E para não só trazer, como fazer investimento na área de informática.

Vou contar, tenho certeza, com a cooperação dos secretários de Estado. Está aqui o Secretário José Aníbal, com quem estive em contato permanente esse tempo todo por causa dessa lei, e outros secretários dos vários estados, porque, nessa matéria, nós precisamos, realmente, unir esforços.

Fico muito feliz de ter contado com a presença de todos os senhores aqui e lhes dizer, para terminar, que, ao assinar esse ato – e isso custou muito, muita discussão, muita negociação – me dei conta de que a democracia é boa, porque se fosse tomada uma decisão ouvindo uma só parte, ou então com uma vontade imperial do Presidente, sabe Deus o que iria acontecer. Depois de muito debate, muita negociação, de alguma incompreensão e capacidade de superar as diferenças – e também, às vezes, quando não se superavam as diferenças, se marcava posição –, nós chegamos a um bom resultado.

Tenho confiança em que, daqui para a frente, essa área vai dar um salto enorme. O Brasil depende desse salto. E nós vamos dar o salto juntos. Boa sorte!

Muito obrigado.